



SES TO

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE TOCANTINS

ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL Nº 001/2026 – SECAD/SES/TO, DE 29
DE JULHO 2026

CÓD: OP-240JL-26
7901183004713

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros	9
2. Tipologia e gêneros textuais	10
3. Ortografia oficial	11
4. Acentuação gráfica.....	11
5. Emprego da pontuação.....	13
6. Classes de palavras e suas flexões	14
7. Estrutura e formação de palavras	22
8. Concordância verbal e nominal	23
9. Regência verbal e nominal.....	25
10. Colocação pronominal	26
11. Emprego do sinal indicativo de crase.....	28
12. Sintaxe da oração e do período	28
13. Coesão e coerência textual	33
14. Significação das palavras.....	34
15. Reescrita de frases e substituição de palavras ou trechos.....	35
16. Correspondência entre tempos e modos verbais	36
17. Redação oficial.....	39

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos	51
2. Razões e proporções; regra de três simples e composta	57
3. Porcentagem.....	59
4. Juros simples e compostos	61
5. Equações, inequações, funções	63
6. Sistemas de equações.....	72
7. Sequências	75
8. Matrizes e determinantes	79
9. Probabilidade; análise combinatória	90
10. Estatística descritiva.....	97
11. Proposições lógicas; conectivos; tabelas verdade; equivalências e negações; argumentação lógica; diagramas lógicos ...	109
12. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico-matemático	113

História e Geografia do Tocantins

1. Processo histórico de criação do estado do tocantins; organização política e administrativa; formação territorial; aspectos demográficos; povos indígenas e comunidades quilombolas; patrimônio histórico, cultural e ambiental; clima; vegetação; relevo; hidrografia; recursos naturais; unidades de conservação; economia do estado; desenvolvimento regional; matriz produtiva; matriz energética.....	117
---	-----

ÍNDICE

Legislação

1. Sistema único de saúde (sus): princípios, diretrizes, organização, regionalização, financiamento e gestão; participação e controle social no sus; conselhos de saúde, conferências de saúde e comissões intergestores	131
2. Constituição da república federativa do brasil de 1988 – capítulo ii da seguridade social, seção ii – da saúde	138
3. Lei federal nº 8.080, De 19 de setembro de 1990	139
4. Lei federal nº 8.142, De 28 de dezembro de 1990.....	151
5. Decreto federal nº 7.508, De 28 de junho de 2011	152
6. Política nacional de humanização	156
7. Política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora	161

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. O serviço social na contemporaneidade	169
2. Áreas, espaços sócio-ocupacionais e limites de atuação do profissional de serviço social	172
3. Dimensão técnico-operativa do serviço social	174
4. Instrumental de pesquisa em processos de investigação social: elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas	177
5. Propostas de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas, projetos e atividades de trabalho	180
6. Avaliação e monitoramento de programas e projetos sociais	183
7. Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: abordagem individual, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes e com famílias, diagnóstico, técnica de entrevista, visita domiciliar, estudo social (laudo, parecer e perícia), informação, triagem e atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências)	185
8. Cotidiano e mediação; organização de comunidade e movimentos sociais; estratégias de trabalho institucional e comunitária; conceitos de instituição	188
9. Uso de recursos institucionais e comunitários.....	191
10. Trabalho social em situação de rua.....	193
11. Atuação em programas de prevenção e tratamento	196
12. Uso e abuso do álcool, tabaco e outras drogas: questão cultural, social e psicológica	199
13. Infecções sexualmente transmissíveis	202
14. Estratégias de atendimento e acompanhamento às vítimas	204
15. Políticas sociais públicas, cidadania e direitos sociais: relação estado/sociedade.....	207
16. Contexto atual e o neoliberalismo	212
17. Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente	215
18. Política de seguridade social: assistência social, previdência social e saúde (organização, gestão, financiamento e controle social).....	217
19. Política nacional do idoso	240
20. Política nacional de atenção integral à saúde da pessoa com deficiência	242
21. Questão da criança e do adolescente	261
22. Estatuto da criança e do adolescente (eca)	264
23. Papel dos conselhos, centros de defesa e delegacias	306
24. Violência contra crianças e adolescentes e combate à violência.....	309

ÍNDICE

25. Formas de violência contra crianças e adolescentes: maus-tratos, abuso sexual, negligência e abandono; exploração sexual da criança e do adolescente; extermínio, sequestro e tráfico de crianças; exploração do trabalho infantil e no tráfico de drogas; violência entre jovens e gangues; papel da família e da justiça.....	311
26. Meninos e meninas em situação de rua: questão econômica e social e a questão do abandono	315
27. Conceito ampliado de família: diagnóstico, abordagem sistêmica e estratégias de atendimento e acompanhamento	317
28. Adoção nacional e internacional; adoção e guarda: normas, processos jurídicos e psicossociais.....	319
29. Legislação do serviço social	322
30. Código de ética profissional.....	325
31. Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde	325

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adção das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

AMOSTRA

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

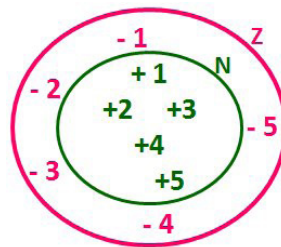


MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z^+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^{*+}	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^{*-}	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

AMOSTRA

OPERAÇÕES

▪ **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

▪ **Atenção:** O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

▪ **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

▪ **Atenção:** todos os parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, têm o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

1. (FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

$50 - 20 = 30$ atitudes negativas

$20 \cdot 4 = 80$

$30 \cdot (-1) = -30$

$80 - 30 = 50$

Resposta: A

▪ **Multiplicação:** é uma adição de números/fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

▪ **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

Atenção:

- 1) No conjunto $\mathbb{Z}$, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.

▪ 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

- Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo;
- Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre **negativo**.

Exemplo:

1. (PREF. DE NITERÓI)

Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

▪ **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

- Toda potência de base positiva é um número inteiro positivo.

- Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.

- Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

► **Propriedades da Potenciação**

▪ **1) Produtos de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

▪ **2) Quocientes de Potências com bases iguais:** Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

▪ **3) Potência de Potência:** Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

▪ **4) Potência de expoente 1:** É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

▪ **5) Potência de expoente zero e base diferente de zero:** É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$



HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS

PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS; ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA; FORMAÇÃO TERRITORIAL; ASPECTOS DEMOGRÁFICOS; POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS; PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL; CLIMA; VEGETAÇÃO; RELEVO; HIDROGRAFIA; RECURSOS NATURAIS; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; ECONOMIA DO ESTADO; DESENVOLVIMENTO REGIONAL; MATRIZ PRODUTIVA; MATRIZ ENERGÉTICA

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TOCANTINS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, TERRITÓRIO E SÍMBOLOS ESTADUAIS¹

► Antecedentes históricos da formação territorial

A formação histórica do Tocantins está ligada ao processo de ocupação e organização do território que, durante grande parte da história brasileira, integrou a área de Goiás. A presença indígena antecede a colonização europeia e constitui elemento essencial para compreender a identidade regional, inclusive na origem de diversos nomes geográficos e manifestações culturais.

A ocupação colonial tornou-se mais intensa entre os séculos XVII e XVIII. Missões religiosas estabeleceram aldeamentos destinados à catequese das populações indígenas, enquanto as expedições em busca de riquezas minerais ampliaram o conhecimento e a ocupação do território. A descoberta do ouro contribuiu para a criação de arraiais e núcleos populacionais que posteriormente originaram importantes municípios, como Natividade, Almas, Arraiais, Porto Nacional e Conceição do Tocantins.

Mineração e reorganização econômica

A mineração exerceu papel relevante durante o século XVIII. O trabalho de africanos escravizados foi empregado intensamente nas áreas auríferas, contribuindo para a formação econômica, social e cultural da região. Com o declínio da produção de ouro no final daquele século, houve enfraquecimento das atividades mineradoras e maior importância da agricultura, acompanhada por períodos de isolamento econômico.

No início do século XIX, surgiram iniciativas voltadas à reorganização administrativa da porção norte de Goiás. A criação da Comarca de São João das Duas Barras, em 1809, relacionou-se à necessidade de estimular o povoamento, o comércio e a navegação nos rios Araguaia e Tocantins.

► Movimentos pela autonomia

Da reivindicação regional à emancipação

A ideia de separar o norte de Goiás desenvolveu-se durante um longo período. Em 1821, Teotônio Segurado esteve ligado a uma tentativa de estabelecer um governo autônomo na região. Embora a iniciativa não tenha consolidado a separação territorial, tornou-se importante referência histórica para os movimentos posteriores.

Durante o Império e a República, diferentes propostas defenderam novas configurações territoriais que incluíam a criação de uma unidade política na região do atual Tocantins. O discurso autonomista permaneceu presente em lideranças políticas, imprensa e organizações regionais.

Em 1956, o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins representou nova etapa dessa mobilização. Lideranças de Porto Nacional, profissionais e entidades locais organizaram ações públicas de defesa da emancipação, promovendo manifestações cívicas e fortalecendo uma identidade política própria.

► Transformações do século XX

A construção de Brasília e a implantação da Rodovia Belém-Brasília ampliaram a integração da região com outras partes do país. A agricultura, a mineração, a extração de madeira e novas atividades comerciais atraíram migrantes, modificaram a ocupação territorial e estimularam o crescimento urbano.

Também ocorreram intensos conflitos agrários, especialmente na região do Bico do Papagaio. Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, o norte da região tornou-se ainda cenário da Guerrilha do Araguaia.

► Criação do Estado do Tocantins

Constituição de 1988

Na década de 1980, novas propostas legislativas foram apresentadas para a criação do estado. A decisão definitiva ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Os principais marcos desse processo podem ser organizados da seguinte maneira:

- **5 de outubro de 1988:** criação constitucional do Estado do Tocantins.
- **1º de janeiro de 1989:** instalação efetiva da nova unidade federativa.
- **Miracema do Tocantins:** capital provisória durante a organização inicial do estado.
- **1º de janeiro de 1990:** transferência da capital para Palmas. Palmas foi concebida como cidade planejada e passou a exercer as principais funções político-administrativas estaduais.

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins>

AMOSTRA

► **Organização política e símbolos**

O Tocantins integra a Federação brasileira e organiza-se institucionalmente por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Executivo é representado pelo governador; o Legislativo, pela Assembleia Legislativa; e o Judiciário, pelo Tribunal de Justiça e demais órgãos competentes.

Entre os elementos de identidade estadual destacam-se a bandeira, o brasão, o Hino do Tocantins e o lema “Co yvy ore retama”, associado à ideia de “Esta terra é a nossa pátria”. O próprio nome Tocantins possui origem indígena e está relacionado ao rio que atravessa o território, reforçando a presença dos povos originários na construção da identidade regional.



Bandeira de Tocantins



Brasão de armas do estado

DIVISÃO POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E REDE URBANA DO TOCANTINS

► **Localização geográfica e limites**

O Tocantins localiza-se na Região Norte do Brasil. Sua criação alterou a configuração territorial brasileira porque a área anteriormente integrava o Estado de Goiás, pertencente à Região Centro-Oeste. A partir da emancipação, o novo estado foi incorporado administrativamente à Região Norte.

Sua posição territorial favorece contato com diferentes áreas do país. O estado possui limites com Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia, funcionando como espaço de articulação entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

► **Organização municipal****Municípios e distribuição territorial**

O território tocantinense encontra-se dividido em 139 municípios. Apesar do elevado número de unidades municipais e da grande extensão territorial, a população distribui-se de maneira desigual.

Palmas e Araguaína são os maiores centros urbanos. Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Araguatins, Guaraí e Tocantinópolis também exercem funções econômicas, comerciais ou administrativas importantes em suas respectivas áreas de influência.

Palmas ocupa posição diferenciada por concentrar funções administrativas estaduais, serviços especializados, atividades comerciais e parte significativa da infraestrutura institucional.

► **Regiões geográficas intermediárias****Grandes áreas de articulação urbana**

A regionalização geográfica permite compreender como os municípios se relacionam com centros urbanos responsáveis por concentrar serviços, comércio e funções de gestão.

O Tocantins apresenta três regiões geográficas intermediárias:

Região geográfica intermediária	Municípios
Palmas	42
Araguaína	65
Gurupi	32

A Região Intermediária de Palmas articula parcela significativa da área central do estado. A de Araguaína apresenta maior número de municípios e exerce influência especialmente sobre o norte tocantinense. A Região Intermediária de Gurupi possui forte importância para a porção sul.

► **Regiões geográficas imediatas**

As regiões intermediárias subdividem-se em onze regiões imediatas. Elas representam relações cotidianas entre municípios e centros urbanos, envolvendo deslocamentos para trabalho, comércio, saúde, educação, serviços públicos e outras atividades.

As regiões imediatas são:

- Palmas.
- Porto Nacional.
- Paraíso do Tocantins.
- Miracema do Tocantins.
- Araguaína.
- Guaraí.
- Colinas do Tocantins.
- Tocantinópolis.
- Araguatins.
- Gurupi.
- Dianópolis.

LEGISLAÇÃO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ORGANIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, FINANCIAMENTO E GESTÃO; PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SUS; CONSELHOS DE SAÚDE, CONFERÊNCIAS DE SAÚDE E COMISSÕES INTERGESTORES

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

► Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

Universalidade:

Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

Integralidade:

A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

Equidade:

Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.

► Diretrizes Organizativas

Além dos princípios doutrinários, o SUS é organizado de acordo com diretrizes que orientam como o sistema deve ser estruturado e gerido em todo o território nacional. Essas diretrizes garantem que o SUS funcione de forma eficiente, descentralizada e participativa. As principais diretrizes organizativas são:

Descentralização:

A descentralização tem como objetivo distribuir as responsabilidades pela gestão do SUS entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Isso permite que as decisões sejam tomadas mais próximas da população, levando em conta as necessidades locais. A descentralização fortalece a autonomia dos estados e municípios na organização dos serviços de saúde.

Regionalização:

O princípio da regionalização implica que os serviços de saúde devem ser organizados de maneira a garantir a articulação entre os diferentes níveis de complexidade, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade. A regionalização permite que as redes de atenção à saúde sejam organizadas por regiões, de forma a otimizar os recursos e evitar a duplicação de serviços, garantindo acesso eficiente e contínuo.

AMOSTRA

Hierarquização:

A hierarquização complementa a regionalização, definindo que os serviços de saúde devem estar organizados em níveis de complexidade, desde a atenção primária até os cuidados especializados. A ideia é que o paciente seja inicialmente atendido na atenção básica, que funciona como porta de entrada, e seja encaminhado, conforme a necessidade, para outros níveis de atendimento.

Participação Social:

A participação da população na formulação e controle das políticas públicas de saúde é um dos pilares do SUS. Por meio dos conselhos e conferências de saúde, a sociedade tem o direito de influenciar e fiscalizar a gestão do sistema. Isso garante maior transparência e adequação das políticas de saúde às reais necessidades da população.

► A Importância dos Princípios e Diretrizes para a Gestão do SUS

Os princípios e diretrizes do SUS não são apenas orientações abstratas, mas sim elementos que influenciam diretamente a gestão do sistema. A universalidade, por exemplo, impõe desafios para garantir que o sistema cubra toda a população de forma eficaz, enquanto a integralidade exige que os gestores pensem no atendimento de saúde de forma ampla, englobando todos os aspectos do bem-estar físico e mental.

A descentralização, regionalização e hierarquização, por sua vez, são diretrizes que impactam diretamente a organização dos serviços de saúde, tornando a gestão um processo complexo e dinâmico. A descentralização, por exemplo, exige uma coordenação eficaz entre as três esferas de governo, enquanto a regionalização e a hierarquização demandam um planejamento cuidadoso para garantir que os recursos e serviços sejam distribuídos de maneira equilibrada e eficiente entre as diferentes regiões e níveis de atendimento.

Por fim, a participação social é uma ferramenta poderosa de controle e aprimoramento da gestão, permitindo que a população atue diretamente na formulação e na fiscalização das políticas de saúde. A presença dos conselhos de saúde em todos os níveis de governo é um exemplo concreto de como a gestão do SUS pode ser mais transparente e democrática.

Com base nesses princípios e diretrizes, a gestão do SUS busca alcançar o equilíbrio entre a oferta de serviços de saúde, a eficiência na alocação de recursos e a garantia dos direitos dos cidadãos, sempre respeitando as características e necessidades específicas da população brasileira.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SUS

A estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde (SUS) foi concebida para garantir que os serviços de saúde cheguem de maneira eficiente e organizada a todos os brasileiros, respeitando a grande diversidade regional e as particularidades das necessidades de saúde da população.

Para isso, o SUS adota uma estrutura descentralizada e integrada, com responsabilidades compartilhadas entre os governos federal, estadual e municipal. Esse modelo busca equilibrar a coordenação central com a autonomia local, promovendo uma gestão mais próxima das realidades regionais.

► Níveis de Gestão: Federal, Estadual e Municipal

A organização do SUS está baseada em três níveis de gestão: federal, estadual e municipal. Cada um desses níveis tem responsabilidades específicas, porém interdependentes, para garantir o funcionamento do sistema de forma articulada.

Nível Federal:

O Ministério da Saúde é a instância central da gestão do SUS em nível federal. Ele é responsável por formular políticas públicas de saúde, definir diretrizes nacionais, financiar boa parte das atividades e serviços do SUS e coordenar ações de saúde pública em âmbito nacional. Além disso, o Ministério da Saúde supervisiona a execução dos programas de saúde e é responsável pela distribuição de recursos financeiros aos estados e municípios. Também coordena campanhas nacionais de saúde, como vacinação, e regulamenta a atuação das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nível Estadual:

As Secretarias Estaduais de Saúde atuam como intermediárias entre o Ministério da Saúde e os municípios. Elas têm a responsabilidade de organizar a rede estadual de saúde, coordenando os serviços de média e alta complexidade, como hospitais regionais e unidades especializadas. Além disso, as secretarias estaduais colaboram com a gestão dos recursos destinados às regiões e supervisionam a aplicação das políticas de saúde nos municípios. Os estados também desempenham um papel crucial na regionalização dos serviços de saúde, organizando redes de atenção que integram municípios dentro de regiões específicas.

Nível Municipal:

No nível municipal, as Secretarias Municipais de Saúde têm a responsabilidade pela gestão direta dos serviços de saúde na atenção básica, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e programas de saúde da família. Os municípios são os responsáveis mais próximos da população, coordenando ações de promoção, prevenção e assistência à saúde. A descentralização permite que as secretarias municipais adaptem as políticas de saúde às realidades locais, o que pode garantir uma maior eficiência e eficácia no atendimento às necessidades específicas da população.

MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO: A COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE (CIT)

A gestão descentralizada do SUS demanda um alto nível de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. Para garantir essa coordenação, foi criada a Comissão Intergestores Tripartite (CIT). A CIT é um espaço de negociação permanente entre as três esferas de governo, onde são discutidas e pactuadas as responsabilidades e as diretrizes que orientam a execução das políticas de saúde.

A CIT é composta por representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS). A principal função dessa comissão é garantir que as decisões sobre a gestão do SUS sejam tomadas de forma

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

FUNDAMENTOS E CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO SERVIÇO SOCIAL

► Natureza profissional e inserção na divisão social do trabalho

O Serviço Social constitui uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, vinculada ao enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Sua atuação se desenvolve em contextos institucionais diversos, nos quais demandas individuais e coletivas se relacionam a processos econômicos, políticos, culturais e sociais mais amplos. A atividade profissional não se reduz à execução de benefícios, à orientação burocrática ou ao atendimento pontual de necessidades imediatas. Ela envolve interpretação crítica da realidade, análise das condições de vida dos sujeitos, mediação entre direitos e políticas públicas e construção de respostas profissionais compatíveis com as atribuições do campo.

A contemporaneidade amplia a complexidade dessa inserção profissional. Transformações no mundo do trabalho, reestruturações produtivas, mudanças demográficas, desigualdades territoriais, novas configurações familiares, ampliação de fluxos migratórios, precarização de vínculos laborais e intensificação de situações de vulnerabilidade repercutem diretamente sobre as demandas que chegam às instituições. O assistente social atua em espaços marcados por contradições: de um lado, necessidades sociais crescentes; de outro, recursos institucionais frequentemente limitados, seletividade no acesso a políticas e exigências administrativas cada vez mais intensas.

► Questão social e suas expressões atuais

A questão social corresponde ao conjunto de desigualdades, conflitos e tensões produzidos pela forma como a riqueza é socialmente produzida e distribuída. Suas expressões concretas incluem desemprego, subemprego, pobreza, insegurança alimentar, violências, discriminações, dificuldades de acesso à moradia, fragilização de vínculos comunitários, violações de direitos e barreiras de acesso a serviços essenciais. Essas manifestações não devem ser interpretadas como falhas individuais isoladas, pois possuem determinações estruturais e institucionais.

A leitura profissional exige relacionar situações singulares a processos coletivos. Uma família com dificuldades de renda, por exemplo, pode estar inserida em um território com baixa oferta de equipamentos públicos, transporte precário, trabalho informal predominante e acesso restrito a serviços. A intervenção profissional considera esse conjunto de determinações para evitar explicações moralizantes ou responsabilização exclusiva dos indivíduos.

► Dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política

O trabalho profissional articula diferentes dimensões que não podem ser separadas mecanicamente. A dimensão teórico-metodológica permite compreender a realidade e interpretar as determinações sociais das demandas. A dimensão técnico-operativa envolve instrumentos, procedimentos, registros, entrevistas, visitas, estudos, relatórios, articulações intersetoriais e demais formas de intervenção. A dimensão ético-política orienta escolhas profissionais relacionadas à defesa de direitos, ao respeito à dignidade humana, ao reconhecimento da autonomia dos sujeitos e à oposição a práticas discriminatórias ou autoritárias.

Essas dimensões se concretizam simultaneamente. Uma entrevista social, por exemplo, não é apenas uma técnica de coleta de informações. Ela pressupõe uma concepção de sujeito, uma interpretação sobre as necessidades apresentadas, critérios de registro, postura ética e finalidade institucional. Da mesma forma, um relatório social não consiste em mera descrição de fatos; ele organiza informações relevantes, explicita elementos da realidade observada e subsidia decisões dentro dos limites da competência profissional.

A atuação contemporânea demanda capacidade de análise, clareza documental, domínio dos instrumentos de trabalho e compreensão das políticas sociais. Também requer postura crítica diante de procedimentos institucionais que possam restringir indevidamente direitos, reproduzir estigmas ou transformar necessidades sociais em simples problemas administrativos.



AMOSTRA

**TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E
NOVAS DEMANDAS PROFISSIONAIS****► Mudanças no mundo do trabalho e impactos sociais**

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho influenciam profundamente as condições de vida da população e, consequentemente, o cotidiano do Serviço Social. Expansão do trabalho informal, terceirizações, vínculos temporários, instabilidade ocupacional, desemprego prolongado e formas de trabalho mediadas por plataformas digitais produzem inseguranças relacionadas à renda, à proteção social e à continuidade de direitos. Essas condições afetam indivíduos e famílias de maneira diferenciada, conforme território, escolaridade, gênero, idade, raça, condição de deficiência e trajetória ocupacional.

A instabilidade do trabalho pode repercutir no acesso à moradia, na alimentação, no cuidado de crianças e idosos, na permanência escolar, no transporte e na saúde. O assistente social precisa compreender essas conexões para evitar respostas fragmentadas. Uma demanda aparentemente restrita a um benefício pode revelar um conjunto de vulnerabilidades associadas à perda de renda, ao endividamento, à ausência de rede de apoio e à fragilidade da proteção pública disponível.

► Precarização e intensificação das demandas institucionais

A precarização não atinge apenas os usuários das políticas sociais. Também pode alcançar as próprias condições de trabalho dos profissionais, por meio de equipes reduzidas, alta rotatividade, contratos instáveis, excesso de atendimentos e pressão por produtividade. Esse cenário pode comprometer a qualidade da análise, reduzir o tempo destinado ao acompanhamento e favorecer práticas burocratizadas.

A resposta profissional exige organização do trabalho, definição de prioridades, registros adequados e explicitação dos limites institucionais. A sobrecarga não deve ser convertida em naturalização de atendimentos superficiais. A qualidade técnica depende de condições objetivas de trabalho e de procedimentos que preservem o caráter profissional da intervenção.

► Políticas públicas, proteção social e intersetorialidade

O Serviço Social está presente em diferentes políticas e instituições, incluindo assistência social, saúde, educação, previdência, habitação, sociojurídico, empresas, organizações da sociedade civil e programas voltados a grupos específicos. Em cada espaço, as demandas assumem particularidades, mas frequentemente exigem articulação entre setores. Problemas sociais complexos raramente podem ser enfrentados por uma única política pública.

A intersetorialidade busca conectar serviços, equipes e recursos institucionais para construir respostas mais integradas. Ela não significa transferir responsabilidades de um setor para outro, mas reconhecer que determinadas situações dependem de ações coordenadas. Casos envolvendo violência, evasão escolar, adoecimento, ausência de renda e insegurança habitacional, por exemplo, podem requerer atuação simultânea de diferentes serviços.

Alguns elementos são centrais para essa articulação institucional:

- Identificação clara das necessidades sociais apresentadas e das competências de cada serviço envolvido.
- Comunicação profissional baseada em informações necessárias, preservando sigilo e evitando exposição indevida dos usuários.
- Definição de fluxos de encaminhamento que não transformem o usuário em responsável por superar sozinho barreiras institucionais.
- Acompanhamento das situações quando a natureza da intervenção exigir continuidade e avaliação das respostas oferecidas.

A intersetorialidade também possui limites. A simples existência de uma rede de serviços não garante acesso efetivo, continuidade do atendimento ou disponibilidade de recursos. O profissional deve distinguir entre encaminhar formalmente uma demanda e assegurar que a articulação institucional produza alguma resposta concreta dentro das possibilidades existentes.

**PROCESSO DE TRABALHO, INSTRUMENTOS E RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS****► Planejamento, análise e documentação profissional**

O processo de trabalho do assistente social envolve identificação das demandas, análise de contexto, definição de objetivos, seleção de instrumentos, execução de ações, registro e avaliação dos resultados produzidos. A intervenção deve ser planejada de acordo com a natureza da instituição, as atribuições profissionais e as condições concretas encontradas. A improvisação permanente tende a reduzir a capacidade analítica e a transformar o trabalho em sucessão de respostas emergenciais.

Os instrumentos técnico-operativos precisam ser utilizados com finalidade definida. Entrevistas possibilitam conhecer trajetórias, necessidades e condições de vida; visitas institucionais ou domiciliares podem ampliar a compreensão do contexto; reuniões favorecem articulação e construção coletiva; relatórios, pareceres e registros organizam informações relevantes e subsidiam decisões. Nenhum instrumento é neutro, pois sua escolha depende do objetivo da intervenção e da leitura profissional da situação.

► Registro, sigilo e circulação de informações

A documentação profissional possui função técnica, institucional e ética. Registros devem ser claros, pertinentes e compatíveis com a finalidade do atendimento. Informações desnecessárias, juízos moralizantes ou descrições que exponham indevidamente a intimidade dos sujeitos podem produzir danos e reforçar estigmas. A escrita profissional requer precisão e discernimento sobre o que deve ser registrado, para quem determinada informação pode ser disponibilizada e em que contexto ela será utilizada.